

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,  
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA FLUTUANTE, COM  
GARANTIAS ADICIONAIS, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM  
ESFORÇOS RESTRITOS, DA CAMIL ALIMENTOS S.A.**

**ENTRE**

**CAMIL ALIMENTOS S.A.,**

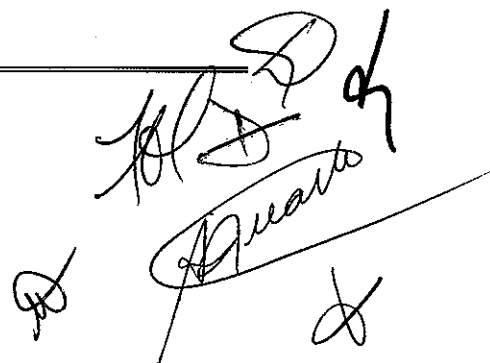
*na qualidade de emissora,*

**E**

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS,**

*na qualidade de agente fiduciário*

**14 DE DEZEMBRO DE 2009**

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page, including a large signature that appears to be 'Quarto' and several other initials.

**URA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURAS  
ESPÉCIE COM GARANTIA FUNDIÁRIA  
ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO  
FUNDIÁRIA S.A.**

São Partes do presente instrumento (“Partes”), de um lado

**CAMIL ALIMENTOS S.A.**, sociedade por ações com sede na Rua Fortunato Ferraz, 1001 a 1141 - frente, Vila Anastácio, São Paulo, Capital, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 64.904.295/0001-03, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Emissora”);

e, de outro lado

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, representando a comunhão dos interesses dos titulares das Debêntures (conforme abaixo definido) da presente emissão (“Debenturistas”), neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Agente Fiduciário”),

e, na qualidade de intervenientes prestadores de garantia fidejussória,

**LUCIANO MAGGI QUATIERO**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade nº 20.280.735-6 SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 176.015.658-23 (“Luciano”), casado sob o regime de comunhão parcial de bens com **MARIA FERNANDA RESENDE QUARTIERO**, brasileira, publicitária, portadora da cédula de identidade nº 26.315.504-3 SSP/SP, e inscrita no CPF/MF nº 285.157.348-93, residente e domiciliada nesta Capital, na Rua Diogo Jacome, nº 270, apto 71; e

**JAIRO SANTOS QUATIERO**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG. nº 7.155.272-8 SSP/SP, e inscrito no CPF/MF. sob nº 085.564.580-68 (“**Jairo**” e, em conjunto com Luciano, “**Garantidores**”), casado sob o regime de comunhão universal de bens com **ALETE HELENA MAGGI QUARTIERO**, brasileira, casada, comerciante, portadora da cédula de identidade RG nº 8.397.717 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 446.610.700-97, residente e domiciliada nesta Capital, na Rua Miguel Maldonado nº 155.

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante, com Garantias Adicionais, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Camil Alimentos S.A., ("Escritura") mediante as seguintes cláusulas e condições:

s S.A., ("Escritura"),

## CLÁUSULA I AUTORIZAÇÃO

A presente Escritura é firmada com base nas deliberações da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 14 de dezembro de 2009 (a "RCA"), e da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 14 de dezembro de 2009 (a "AGE"), cujas atas serão arquivadas e publicadas nos termos da Cláusula 2.2. abaixo.

## CLÁUSULA II REQUISITOS

A 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia flutuante, com garantias adicionais, para distribuição nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009 ("Instrução CVM 476") ("Emissão" ou "Oferta"), será realizada com observância dos seguintes requisitos:

### 2.1. Registro na CVM e ANBIMA

2.1.1. A Emissão está automaticamente dispensada do registro de distribuição pública pela CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação.

2.1.2. A Emissão não será registrada na Associação Brasileira de Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA") por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação.

### 2.2. Arquivamento e Publicação da Ata da AGE

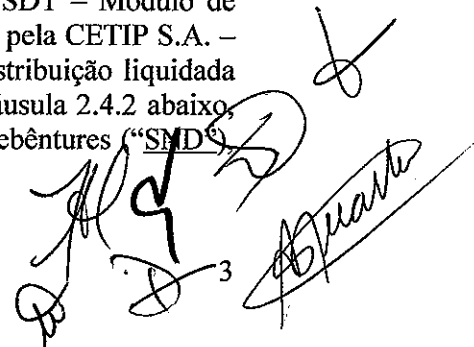
As atas da RCA e da AGE serão protocolizadas para arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e serão publicadas no (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e (ii) no jornal "O Estado de São Paulo", nos termos do artigo 62 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") tão logo sejam arquivadas.

### 2.3. Inscrição da Escritura na JUCESP

Esta Escritura e seus eventuais aditamentos ("Aditamentos") serão inscritos na JUCESP, conforme disposto no artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

### 2.4. Registro para Colocação e Negociação

2.4.1 As Debêntures (conforme abaixo definido) serão registradas para (a) distribuição pública com esforços restritos no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos (o "SDT"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada por meio da CETIP; e (b) negociação, observado o disposto na Cláusula 2.4.2 abaixo, no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND").



administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures (conforme abaixo definido) custodiadas na CETIP.

2.4.2 Não obstante o descrito na Cláusula 2.4.1 acima, as Debêntures (conforme abaixo definido) somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme abaixo definido) depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição das Debêntures (conforme abaixo definido) pelo Investidor Qualificado, conforme disposto no artigo 13 da Instrução CVM 476.

### **CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

#### **3.1. Objeto Social da Emissora**

De acordo com o artigo 3º do Estatuto Social, a Emissora tem por objeto social (i) a compra, venda, importação e exportação, inclusive por conta de terceiros e/ou em comissão ou consignação, de cereais, óleos vegetais, produtos alimentícios e bebidas em geral e quaisquer produtos a eles relacionados, inclusive produtos agrícolas, tais como café, algodão, soja, milho, feijão, entre outros; (ii) a representação comercial de outras sociedades que comercializem os produtos com os quais opere; (iii) a indústria e comércio de ração animal; (iv) o beneficiamento, rebeneficiamento e empacotamento dos produtos com os quais opera; (v) a participação em outras sociedades, comerciais, civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista; (vi) secagem e armazenagem de cereais; (vii) a execução da classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos que possuam valor econômico para a Emissora ou para terceiros; (viii) venda de energia elétrica a terceiros; e (ix) indústria de processamento de alimentos.

#### **3.2. Número da Emissão**

A presente Escritura constitui a 1ª Emissão de Debêntures (conforme abaixo definido) da Emissora.

#### **3.3. Valor Total da Emissão**

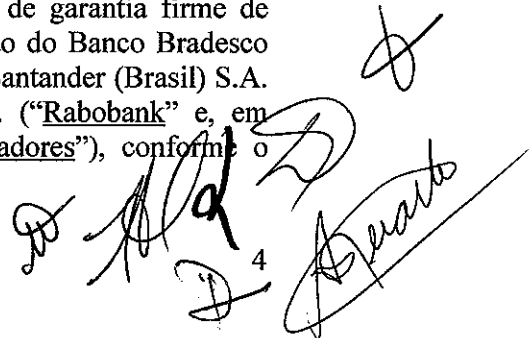
O valor total da Emissão é de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), a serem distribuídos sob o regime de garantia firme.

#### **3.4. Número de Séries**

3.4.1. A Oferta será realizada em série única.

#### **3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição.**

3.5.1 As Debêntures serão objeto de distribuição sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação do Banco Bradesco BBI S.A. ("Bradesco BBI" ou "Coordenador Líder"), do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander") e do Banco Rabobank International Brasil S.A. ("Rabobank" e, em conjunto com o Coordenador Líder e o Santander, "Coordenadores"), conforme o



“Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição com Esforços Restritos de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante, com Garantias Adicionais, em Regime de Garantia Firme, da 1ª Emissão da Camil Alimentos S.A.” a ser celebrado até a Data de Liquidação da presente Emissão (“Contrato de Colocação”).

3.5.2 A Emissora não poderá realizar uma nova emissão de debêntures antes que a totalidade das Debêntures seja colocada ou seja cancelado o saldo das Debêntures não colocado.

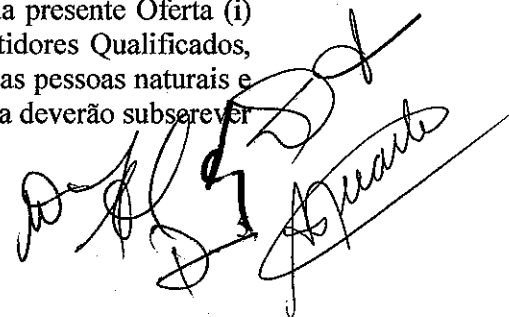
3.5.3 O plano de distribuição pública seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 (“Plano de Distribuição”). Para tanto, os Coordenadores poderão acessar até no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados (conforme abaixo definido), sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

3.5.4.1 As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

3.5.4.2 A Emissora obriga-se a: (i) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta a qualquer investidor, exceto se expressa e previamente acordado com os Coordenadores; e (ii) informar aos Coordenadores até o dia útil imediatamente subsequente a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta.

3.5.4.3 Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo que os Coordenadores, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizarão plano de distribuição nos termos da Instrução CVM 476, tendo como público alvo investidores qualificados, conforme definidos pela Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004 (“Instrução CVM 409”) e observado o disposto no item 3.5.4.4 abaixo, assim entendidos (i) instituições financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.5.4.1 alínea (ii) acima, pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; (v) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; (vi) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (vii) regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios (“Investidores Qualificados”).

3.5.4.4 Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da presente Oferta (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados e (ii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no item (iv) da Cláusula 3.5.4.3 acima deverão subsever



ou adquirir, no âmbito da Oferta, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.5.4.5 Não será constituído fundo de manutenção de liquidez e não será firmado contrato de estabilização de preços com relação às Debêntures; serão atendidos os clientes Investidores Qualificados dos Coordenadores que desejarem efetuar investimentos nas Debêntures, tendo em vista a relação dos Coordenadores com esses clientes, bem como outros investidores, fundos de investimento, e pessoas físicas e jurídicas, mesmo que não sejam clientes dos Coordenadores, desde que tais investidores sejam considerados Investidores Qualificados e atestem seus conhecimentos e experiência em finanças e negócios suficientes para avaliar a qualidade e os riscos das Debêntures.

### 3.6. Limite da Emissão

3.6.1. Tendo em vista que as Debêntures são da espécie com garantia flutuante, a Emissão atende aos limites previstos no artigo 60, parágrafo primeiro, alínea "b", da Lei das Sociedades por Ações conforme evidenciado abaixo:

Em 31 de agosto de 2009 (em R\$ mil)		
<u>Valor Contábil dos</u> <u>Ativos da Emissora</u>	<u>Montante Garantido por</u> <u>Direitos Reais</u>	<u>Valor Limite para Emissão</u> <u>de Debêntures com</u> <u>Garantia Flutuante<sup>(1)</sup></u>
R\$496.884	R\$107.557	R\$272.529

<sup>(1)</sup> Nos termos do artigo 60, parágrafo primeiro, alínea "b", da Lei das Sociedades por Ações.

3.6.2. A Companhia neste ato declara que desde 31 de agosto de 2009 não houve mudanças relevantes no valor contábil dos ativos da Emissora nem no montante garantido por direitos reais que possam impactar o valor limite para a Emissão, conforme o disposto na tabela do item 3.6.1 acima.

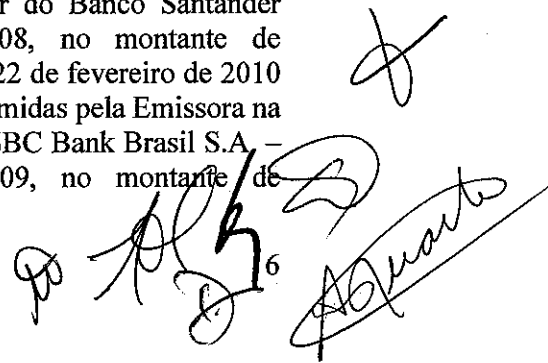
### 3.7. Banco Mandatário e Instituição Depositária

3.7.1 O banco mandatário e instituição depositária da Emissão será o Banco Bradesco S.A. ("Banco Mandatário" e "Instituição Depositária").

3.7.2 A Instituição Depositária será responsável por efetuar a escrituração das Debêntures.

### 3.8. Destinação dos Recursos

Os recursos obtidos pela Emissora por meio da integralização das Debêntures serão destinados: (i) à plena e total quitação de todas as obrigações assumidas pela Emissora na Cédula de Crédito Bancário nº 5443/07, emitida em favor do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander") em 26 de dezembro de 2008, no montante de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), com vencimento em 22 de fevereiro de 2010 ("CCB"); (ii) à plena e total quitação de todas as obrigações assumidas pela Emissora na Nota de Crédito à Exportação nº 573-09 emitida em favor do HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo ("HSBC"), em 23 de novembro de 2009, no montante de



R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), com vencimento em 4 de janeiro de 2010; (iii) Nota de Crédito à Exportação nº 550-09 emitida em favor do HSBC, em 06 de outubro de 2009, no montante de R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), com vencimento em 05 de abril de 2010; (iii) a amortização antecipada de outras dívidas da Emissora; e (iii) o restante para capital de giro da Emissora.

### 3.9. Garantias Adicionais

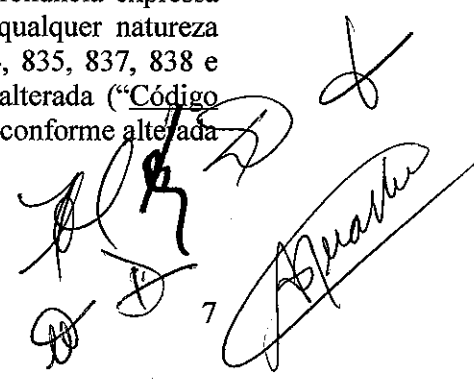
3.9.1 As Debêntures contarão com garantia adicional de cessão fiduciária sobre direitos creditórios de titularidade da Emissora ("Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios"), representados por duplicatas emitidas em favor da Emissora, no montante equivalente a 10% (dez por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário (conforme abaixo definido) das Debêntures, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, a ser celebrado até a Data de Liquidação entre a Emissora, o Agente Fiduciário e o Banco Mandatário e Instituição Depositária ("Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios").

3.9.2 Adicionalmente, as Debêntures contarão com garantia adicional de alienação fiduciária em garantia sobre 13.545.225 (treze milhões, quinhentas e quarenta e cinco mil, duzentas e vinte e cinco) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal ("Ações"), representativas de 51% (cinquenta e um por cento) do capital social da Emissora ("Alienação Fiduciária de Ações"), nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações sob Termo Suspensivo a ser celebrado até a Data de Liquidação entre a ARFEL- Comércio e Participações S.A., o Agente Fiduciário e a Emissora ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações") e, em conjunto com o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, "Documentos de Garantia").

3.9.3 O Contrato de Alienação Fiduciária de Ações foi celebrado sob termo suspensivo e somente produzirá efeitos após a partir da emissão, pelo Santander, do termo de quitação referente ao cumprimento das obrigações por ela assumidas no âmbito do Instrumento Particular de Constituição de Penhor de Ações de Emissão da Camil Alimentos S.A., celebrado em 27 de setembro de 2007, entre a Devedora e o Santander, conforme aditado em 10 de outubro de 2009 ("Contrato de Penhor"), para garantia do cumprimento das obrigações pecuniárias e não pecuniárias assumidas pela Devedora nos termos da CCB, o qual deverá ser emitido no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis a contar da Data de Liquidação da Emissão ("Termo de Quitação").

### 3.10. Garantia Fidejussória

3.10.1 As Debêntures são garantidas por fiança ("Fiança"), prestada pelos Garantidores qualificados no preâmbulo desta Escritura, constituída neste ato, que, por este instrumento e na melhor forma de direito, se obrigam, perante os Debenturistas, na qualidade de devedores solidários e principais pagadores de todas as obrigações da Emissora decorrentes desta Escritura, até sua final liquidação, com renúncia expressa aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos Artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 827, 830, 834, 835, 837, 838 e 839, todos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), e Artigos 77 e 595, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").



3.10.2 A Fiança aqui referida é prestada pelos Garantidores em caráter irrevogável e irretratável, e vigorará até o integral cumprimento, pela Emissora, de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura, nos termos aqui previstos e em conformidade com o Artigo 818 do Código Civil.

3.10.3 Firma a presente Escritura a Sra. Maria Fernanda Resende Quartiero, que consente sem qualquer restrição às obrigações assumidas por Luciano Maggi Quartiero nesta Escritura.

3.10.4 Firma a presente Escritura a Sra. Alete Helena Maggi Quartiero, que consente sem qualquer restrição às obrigações assumidas por Jairo Quartiero nesta Escritura.

3.10.5 Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução de quaisquer garantias constituídas em favor dos Debenturistas desta Emissão não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

3.10.6 Os Garantidores deverão pagar o montante relativo às obrigações assumidas pela Emissora no âmbito desta Escritura, em até 3 (três) dias úteis contados da data do recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário aos Garantidores, exceto na hipótese de decretação de falência ou pedido de autofalência da Emissora, hipótese em que o valor deverá ser pago em até 1 (um) dia útil da referida notificação, em qualquer hipótese, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações assumidas no âmbito das Debêntures.

3.10.7 O pagamento citado no item 3.10.6 deverá ser realizado fora do âmbito da Cetip e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário.

3.10.8 A Fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação do valor garantido.

3.10.9 Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pelos Garantidores com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

3.10.10 Os Garantidores sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a Fiança, até o limite da parcela da dívida efetivamente por eles honrada.

3.10.11 Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução de quaisquer garantias constituídas em favor dos Debenturistas desta Emissão não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

3.10.12 Em virtude da Fiança prestada pelos Garantidores em benefício dos Debenturistas, a presente Escritura será registrada nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, em até 10 (dez) dias úteis a contar da data de

*[Handwritten signatures and initials]*  
8



assinatura desta Escritura. No prazo de 5 (cinco) dias úteis após tal registro, a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário uma via original devidamente registrada.

3.10.13 A Fiança entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida em todos os seus termos até o completo, efetivo e irrevogável pagamento de todas as obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures e desta Escritura, inclusive nos casos de repactuação ou prorrogação.

#### CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

##### 4.1. Características Básicas

4.1.1 **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos legais, a Data da Emissão das Debêntures será 10 de dezembro de 2009 ("Data de Emissão").

4.1.2 **Conversibilidade, Tipo e Forma:** Simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas e certificados.

4.1.3 **Espécie:** As Debêntures serão da espécie com garantia flutuante, com privilégio geral sobre os ativos da Emissora, nos termos do artigo 58, parágrafo primeiro, da Lei das Sociedades por Ações, respeitado o disposto no artigo 60, parágrafo primeiro, alínea "b", da Lei das Sociedades por Ações, conforme o disposto na Cláusula 3.6 acima.

4.1.4 **Prazo e Data de Vencimento:** as Debêntures terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se em 10 de dezembro de 2014 ("Data de Vencimento"). Na Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures que ainda estiverem em circulação, pelo seu Valor Nominal Unitário (conforme definido na Cláusula 4.1.5 desta Escritura) ou pelo saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, de que trata o item 4.2 abaixo, calculada *pro rata temporis*, a partir da data de pagamento da referida Remuneração imediatamente anterior.

4.1.5 **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

4.1.6 **Quantidade de Debêntures Emitidas:** Serão emitidas 250 (duzentas e cinquenta) Debêntures.

##### 4.2. Remuneração

4.2.1 A partir da data da primeira subscrição e integralização das Debêntures ("Data de Liquidação"), todas as Debêntures desta emissão renderão juros correspondentes à variação de 100% (cem por cento) da acumulação das taxas médias diárias dos Depósitos Interbancários de um dia, "over extra grupo", calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescidas de um *spread* de 3% (três por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Acréscimo sobre a Taxa DI") e, em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração", incidente sobre o Valor Nominal

*Assinado*  
*[Assinatura]*  
*[Assinatura]*  
*[Assinatura]*

Unitário ainda não amortizado nos termos da Escritura, até a data do efetivo pagamento das Debêntures. As taxas médias diárias são acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério *pro rata temporis*, até a data do efetivo pagamento da Remuneração, de forma a cobrir todo o Período de Capitalização.

4.2.1.1 O cálculo dos juros obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

*J* - Valor da Remuneração devido no final do Período de Capitalização (conforme abaixo definido), calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

*VNe* - Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário da Debênture no início do Período de Capitalização (conforme abaixo definido), informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

Fator Juros = Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread* calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = (FatorDI \times FatorSpread)$$

Onde:

Fator DI = produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

Onde:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + TDI_k]$$

*k* = número de Taxas DI, variando de 1 até *n<sub>DI</sub>*.

*n<sub>DI</sub>* = número total de Taxas DI, sendo "*n<sub>DI</sub>*" um número inteiro;

*TDI<sub>k</sub>* = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1$$

, onde:  $k = 1, 2, \dots, n$

$DI_k$  = Taxa DI divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

$dk$  = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da taxa DI, sendo "dk" um número inteiro (a taxa DI é válida por um dia útil);

Fator Spread = corresponde ao spread de juros fixos, calculados com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado conforme fórmula abaixo;

$$\text{FatorSpread} = \left[ \left( \frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{N}} \right]$$

Onde:

spread = 3,0000 (três inteiros);

DP – número de dias úteis entre a Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais períodos de capitalização e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo, salvo quando for expressamente indicado de outra forma.

Observações:

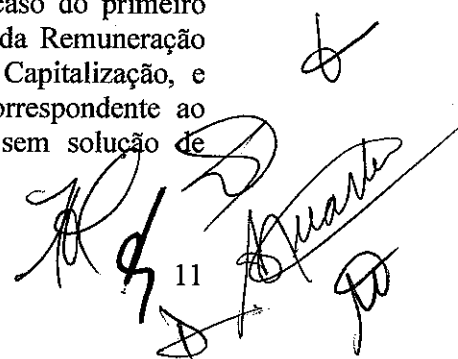
(i) O fator resultante da expressão  $[1 + TDI_k]$  é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais sem arredondamento;

(ii) Efetua-se o produtório dos fatores diários  $[1 + TDI_k]$  sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;

(iii) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e

(iv) considera-se o resultado da multiplicação do FatorDI pelo FatorSpread com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

"Período de Capitalização": significa o intervalo de tempo que se inicia na Data da primeira subscrição e integralização das Debêntures, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, nos casos dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.



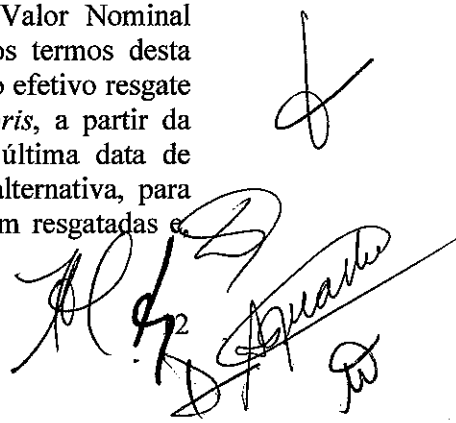
4.2.1.2 No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI disponível, acrescida de um *spread* de 3% (três por cento), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI aplicável.

4.2.1.3 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência de Taxa DI") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar AGD, conforme definido na Cláusula X abaixo, na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e na Cláusula X abaixo, para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado. A AGD (conforme abaixo definido na Cláusula X) será realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas na Escritura, e para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, será utilizada a fórmula estabelecida na Cláusula 4.2.1.1 acima e para a apuração de " $[1 + TDI_k]$ " será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os titulares de Debêntures, quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.

4.2.1.4 Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da AGD, conforme abaixo definido na Cláusula X, a referida AGD não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de data de sua validade, voltará a ser utilizada para o cálculo dos juros remuneratórios das Debêntures.

4.2.1.5 Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) do total das Debêntures em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data da realização da respectiva AGD qual a alternativa escolhida:

- (a) a Emissora deverá resgatar antecipadamente e, conseqüentemente, cancelar antecipadamente a totalidade das Debêntures, conforme o disposto na Cláusula VI abaixo, inclusive com relação ao pagamento do Prêmio (conforme definido abaixo), no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva AGD, pelo seu Valor Nominal Unitário, ou saldo do seu Valor Nominal Unitário, nos termos desta Escritura, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate e conseqüente cancelamento, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão das Debêntures em questão ou da última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas e



conseqüentemente, canceladas, para cada dia do Período de Ausência da Taxa DI-Over será utilizada a fórmula estabelecida na Cláusula 4.2.1.1 acima e para a apuração de "TIDIK" será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente; ou

- (b) a Emissora deverá apresentar cronograma de amortização da totalidade das Debêntures em Circulação, conforme abaixo definido na Cláusula 10.2.2, não excedendo o prazo de vencimento final e o prazo médio de amortização das Debêntures. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida na Cláusula 4.4 a seguir, observado que, até a amortização integral das Debêntures será utilizada a Taxa Substitutiva. Caso a Taxa Substitutiva seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

4.2.1.6 Farão jus à Remuneração aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do dia útil imediatamente anterior a cada data de pagamento da Remuneração.

#### 4.3. Amortização do Principal

4.3.1 As Debêntures serão amortizadas semestralmente a partir de 10 de dezembro de 2011, nas datas e proporções indicadas a seguir, sendo cada uma das datas uma "Data de Amortização", observada a Amortização Extraordinária prevista na Cláusula VI abaixo.

DATA DE AMORTIZAÇÃO	PROPORÇÃO DE AMORTIZAÇÃO DAS DEBÊNTURES
10/12/2011	1/7 (14,2857%)
10/06/2012	1/7 (14,2857%)
10/12/2012	1/7 (14,2857%)
10/06/2013	1/7 (14,2857%)
10/12/2013	1/7 (14,2857%)
10/06/2014	1/7 (14,2857%)
10/12/2014	1/7 (14,2858%)

#### 4.4. Pagamento da Remuneração

O pagamento da Remuneração será realizado trimestralmente, a partir da Data de Emissão, nos meses de março, junho, setembro e dezembro, sendo o primeiro pagamento devido em 10 de março de 2010 e o último na Data de Vencimento.

#### 4.5. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus os Debenturistas serão efetuados pela Emissora na data de seu respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no SND; e/ou (ii) para os

*[Handwritten signatures and initials]*

Debenturistas que não estejam vinculados a esse módulo, por meio da Instituição Depositária da presente Emissão.

#### **4.6. Prorrogação dos Prazos**

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, inclusive pelos Debenturistas, previstas e decorrentes desta Escritura, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos.

#### **4.7. Encargos Moratórios**

Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e juros de mora calculados desde a data de inadimplemento, até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante assim devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança e remuneração de honorários advocatícios.

#### **4.8. Decadência dos Direitos aos Acréscimos**

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.6. acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

#### **4.9. Preço e Forma de Subscrição e Integralização**

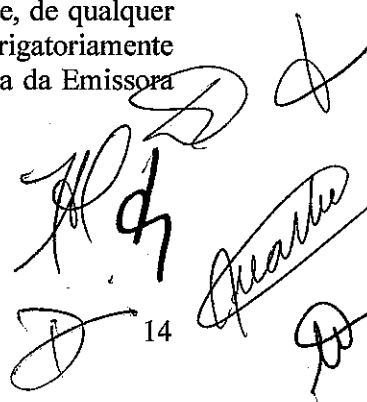
O preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal Unitário ("Preço de Subscrição"). A integralização das Debêntures será realizada à vista, na Data de Liquidação, em moeda corrente nacional, observando que as Debêntures deverão ser subscritas e integralizadas na mesma data.

#### **4.10. Repactuação**

Não haverá repactuação das Debêntures.

#### **4.11. Publicidade**

Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente publicados nos jornais indicados no item 2.2 acima, bem como na página da Emissora na rede internacional de computadores – internet ([www.camil.com.br](http://www.camil.com.br)).



#### 4.12. Comprovação de Titularidade das Debêntures

A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pela Instituição Depositária. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista, quando estes títulos estiverem custodiados no SND.

#### 4.13. Imunidade de Debenturistas

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e Instituição Depositária, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes das datas previstas de pagamento das Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seu pagamento os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

#### 4.14. Aquisição Facultativa

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, por preço não superior ao Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva aquisição, nos termos do disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476.

### CLÁUSULA V ADITAMENTO À PRESENTE ESCRITURA

5.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura deverão ser arquivados na JUCESP.

### CLÁUSULA VI RESGATE ANTECIPADO E AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

6.1. A Emissora poderá resgatar antecipadamente todas as Debêntures ("Resgate Antecipado"), a partir da Data de Emissão, integralmente, mediante comunicação escrita ao Agente Fiduciário e publicação de aviso aos Debenturistas ("Aviso aos Debenturistas") a ser realizado no DOESP e no jornal "O Estado de São Paulo", com antecedência mínima de 15 (quinze) dias ("Comunicação de Resgate Antecipado"). O valor de resgate devido pela Emissora será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, do Prêmio, conforme abaixo definido, e demais encargos devidos e não pagos até a data do resgate antecipado ("Data de Resgate" e "Resgate Antecipado", respectivamente).

6.1.1. Na Comunicação de Resgate e no Aviso aos Debenturistas deverão constar (i) a data do Resgate Antecipado, (ii) que valor de Resgate Antecipado corresponderá ao pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido (a) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento; e (b) do Prêmio (conforme abaixo definido) a ser calculado de acordo com o item 6.3 abaixo, e (iii) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado.

6.2. A Emissora poderá amortizar extraordinariamente as Debêntures em circulação ("Amortização Extraordinária"), a partir da Data de Emissão, mediante publicação de Aviso aos Debenturistas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da data pretendida para pagamento da amortização ("Comunicação de Amortização Antecipada"). O valor da Amortização Extraordinária devido pela Emissora será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, do Prêmio e demais encargos devidos e não pagos até a data em que ocorrer a referida Amortização Extraordinária. A Amortização Extraordinária deverá abranger todas as debêntures em circulação e limitar-se a 99% (noventa e nove por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário.

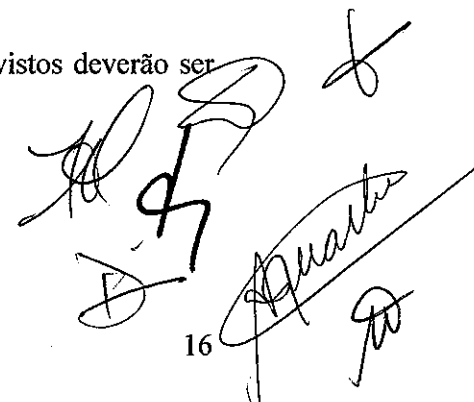
6.3. A Emissora pagará um prêmio para o Resgate Antecipado e para a Amortização Extraordinária ("Prêmio"), conforme indicado a seguir:

Prêmio	
A partir da Data de Emissão até 10 de dezembro de 2010	0,75% (zero vírgula setenta e cinco por cento) sobre o montante resgatado antecipadamente ou amortizado extraordinariamente.
De 11 de dezembro de 2010 a 10 de dezembro de 2011	0,50% (zero vírgula cinco por cento) sobre o montante resgatado antecipadamente ou amortizado extraordinariamente.
A partir de 11 de dezembro de 2011 até a Data de Vencimento	Não haverá pagamento de Prêmio.

6.2.1 Os valores relativos ao Prêmio serão devidos aos respectivos Debenturistas, e serão pagos simultaneamente ao pagamento do Resgate Antecipado ou da Amortização Extraordinária, conforme o caso.

6.2.2 A CETIP deverá ser comunicada da realização do Resgate Antecipado ou da Amortização Extraordinária, conforme o caso, com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência.

6.4. As Debêntures resgatadas pela Emissora nos termos aqui previstos deverão ser canceladas pela Emissora.


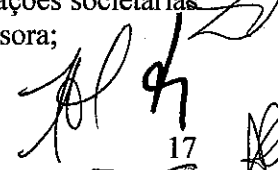

Handwritten signatures and initials, including a large signature that appears to be 'Quatro' and other initials.



**CLÁUSULA VII**  
**VENCIMENTO ANTECIPADO**

7.1. É facultado ao Agente Fiduciário, mediante aviso à Emissora, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir de imediato o pagamento pela Emissora, do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento, e demais encargos devidos e não pagos até a data do Vencimento Antecipado, e o consequente cancelamento das Debêntures, apurado na forma da lei, nas seguintes hipóteses ("Evento de Inadimplemento"):

- (a) descumprimento pela Emissora, de quaisquer de suas respectivas obrigações pecuniárias previstas e assumidas nesta Escritura e em especial àquelas referentes ao pagamento do principal, juros e demais encargos pactuados nas Debêntures;
- (b) descumprimento de qualquer obrigação prevista nos Documentos de Garantia não sanada pelas partes signatárias de referido instrumento no prazo específico determinado em referido documento ou no prazo de 15 (quinze) dias da comunicação do referido descumprimento: (i) pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou (ii) pelo Agente Fiduciário à Emissora;
- (c) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária relacionada às Debêntures, estabelecida nesta Escritura, incluindo aquelas dispostas na Cláusula VIII abaixo, não sanada no prazo de 15 (quinze) dias da comunicação do referido descumprimento: (i) pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou (ii) pelo Agente Fiduciário à Emissora, o que ocorrer primeiro, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico de cura;
- (d) não observância, pela Emissora, da destinação dos recursos da Emissão prevista na Cláusula 3.8. desta Escritura;
- (e) caso o termo suspensivo previsto na Cláusula 3.9.3. acima não seja implementada no prazo de 2 (dois) dias a contar da Data de Liquidação;
- (f) decretação do vencimento antecipado de qualquer operação financeira (empréstimos locais e no estrangeiro, instrumentos derivativos e outras operações similares) ou de mercado de capitais contratada pela Emissora ou de quaisquer sociedades direta ou indiretamente por ela controlada, cujo valor agregado supere R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou valor equivalente em moeda estrangeira;
- (g) mudança ou transferência, a qualquer título, do controle societário da Emissora, direta ou indiretamente, ou de quaisquer sociedades direta ou indiretamente por ela controlada, de forma que seus atuais controladores: (i) passem a possuir menos de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) ação do seu capital votante; ou (ii) deixem por qualquer motivo de exercer o seu controle societário efetivo, bem como se houver incorporações, cisões, fusões ou reorganizações societárias que resultem em alteração do controle societário efetivo da Emissora;

  
  
  
17

- (h) não caracterização, a qualquer tempo (inclusive quando da elaboração do relatório anual do Agente Fiduciário), das Debêntures como sendo da espécie com garantia flutuante, nos termos da alínea "b" do parágrafo 1º do Artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações;
- (i) se a Emissora, ou quaisquer sociedades direta ou indiretamente por ela controladas, sofrer protestos de título(s) com valor que individualmente ou agregados sejam superiores a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou valor equivalente em moeda estrangeira, exceto se o protesto for decorrente de erro ou má-fé de terceiros, devidamente comprovados e revogados em até 3 (três) dias úteis contados do efetivo protesto;
- (j) se a Emissora, ou quaisquer sociedades direta ou indiretamente por ela controlada, requerer a sua recuperação extrajudicial ou judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente ou ainda se houver a declaração da falência;
- (k) se a Emissora, ou quaisquer sociedades direta ou indiretamente por ela controlada adquirir sociedades e/ou ativos que já estejam em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, salvo se a referida aquisição ocorrer dentro do período de 12 (doze) meses contados da Data de Emissão e desde que referida sociedade não apresente passivo superior a US\$40.000.000,00 (quarenta milhões de dólares norte-americanos), sem prejuízo do atendimento dos índices financeiros mencionados na alínea q abaixo;
- (l) decisão judicial transitada em julgado contra a Emissora ou de quaisquer sociedades direta ou indiretamente por ela controlada que imponha obrigação de pagar valor igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou valor equivalente em moeda estrangeira, e tal valor não seja pago no prazo legal;
- (m) ato de qualquer autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades, das ações do capital social da Emissora ou de quaisquer sociedades direta ou indiretamente por ela controlada;
- (n) transformação da Emissora em sociedade limitada;
- (o) comprovação de que qualquer das declarações prestadas nesta Escritura e/ou no Contrato de Colocação provaram-se falsas, incorretas, incompletas ou enganosas em qualquer aspecto relevante na data em que foram prestadas, não sanado no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data de comunicação da referida comprovação enviada (a) pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou (b) pelo Agente Fiduciário à Emissora, o que ocorrer primeiro, salvo nos casos em que houver prazo específico;
- (p) demais hipóteses de vencimento antecipado previstas em lei, especialmente as previstas nos Artigos 333 e 1425 do Código Civil;

- (q) manter os seguintes índices financeiros, os quais serão apurados e revisados semestralmente pelos auditores independentes da Emissora, com base (i) nas informações anuais consolidadas auditadas, (ii) nas informações semestrais consolidadas e revisadas, e (iii) nas informações complementares preparadas pela Emissora, observado que as informações relativas aos itens (i) e (ii) devem ser disponibilizadas ao Agente Fiduciário nas mesmas datas previstas na Instrução CVM 202 de 06 de dezembro de 1993, conforme alterada, ou regulamentação que a substituir ("Instrução CVM 202"), para a divulgação das demonstrações financeiras e formulários de Informações Trimestrais - ITR, juntamente com relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção de tais Índices Financeiros, e da declaração do Diretor Presidente ou do Diretor Vice-Presidente, atestando o cumprimento das disposições constantes nesta Escritura, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários ("Índices Financeiros");

- (i) Dívida Líquida/EBITDA igual ou inferior a 2,5x; e
- (ii) EBITDA/Despesa Financeira igual ou superior a 2,0x.

os termos iniciados em letra maiúscula têm o seguinte significado: (i) Dívida Líquida corresponde a somatória da rubrica de empréstimos, financiamentos e debêntures no passivo circulante e não circulante, mais a rubrica de operações com derivativos do passivo circulante e não circulante, bem como qualquer outra rubrica que se refira à dívida onerosa da Emissora que venha a ser criada, menos a rubrica de operações com derivativos do ativo circulante e não circulante e menos a soma (i) da rubrica de disponibilidades (caixa e equivalentes à caixa) com (ii) as aplicações financeiras em garantia (circulante e não circulante), com base em valores extraídos do balanço patrimonial consolidado da Emissora ("Dívida Líquida"); (ii) EBITDA = lucro (prejuízo) operacional (+) amortização e depreciação (-) receitas e despesas financeiras ao longo dos últimos 12 (doze) meses, conforme cada item seja reportado nas demonstrações financeiras da Emissora ("EBITDA"); (iii) Despesa Financeira significa a rubrica de despesas financeiras da demonstrações financeiras da Emissora ao longo dos últimos 12 (doze) meses. ("Despesa Financeira");

- (r) alienação de ativos da Emissora em montante superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) por ano, sem observar o disposto no item 8.1, (i), abaixo;
- (s) caso as obrigações de pagar da Emissora previstas nesta Escritura (i) sejam subordinadas a quaisquer dívidas que venham a ser por ela contraídas, e/ou (ii) não concorram em condições *pari passu* com as demais dívidas garantidas da Emissora, ressalvadas as obrigações que gozem de preferência por força de disposição legal;

- (t) criação de quaisquer ônus ou gravames sobre quaisquer ativos, bens direitos ou receitas (incluindo, sem limitação, ~~recebíveis e contas bancárias~~) da Emissora, exceto (i) em operações de crédito agroindustrial realizadas pelo Banco do Brasil S.A., até o limite de R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), (ii) operações realizadas pelo Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES ou por organismos multilaterais, (iii) operações de crédito rural, e (iv) exceto por aqueles já existentes na presente data e pela garantia flutuante estabelecida nesta Escritura;
- (u) extinção, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de autofalência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou decretação de falência da Emissora e/ou de qualquer de suas controladas;
- (v) redução de capital social da Emissora e/ou alteração do Estatuto Social da Emissora que implique a concessão de direito de retirada aos acionistas da Emissora em montante que possa afetar, direta ou indiretamente, o cumprimento das obrigações da Emissora previstas na Emissão; ou
- (w) caso as garantias constituídas por meio dos Documentos de Garantia: (a) sejam objeto de questionamento judicial pela Emissora ou por terceiros, de modo que afete o cumprimento de quaisquer obrigações previstas na Escritura e/ou nos Documentos de Garantia, e desde que essas garantias não sejam substituídas pela Emissora no prazo de até 20 (vinte) dias contados do recebimento de notificação escrita neste sentido, a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora; (b) sejam anuladas; (c) deixem de existir, ou (d) sejam rescindidas.

7.1.1 Os valores mencionados nas alíneas (f), (i), (l) e (r) acima serão reajustados ou corrigidos pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM.

7.2. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nas alíneas (a), (d), (e), (f), (j), (m), (n) e (u) da Cláusula 7.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta ao respectivo detentor, ficando o vencimento condicionado ao envio de notificação nesse sentido, pelo Agente Fiduciário à Emissora.

7.3. Na ocorrência dos eventos previstos nas alíneas (b), (c), (g), (h), (i), (k), (l), (o), (p), (q), (r), (s), (t), (v) e (w) da Cláusula 7.1 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 05 (cinco) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento do evento, AGD, para deliberar acerca da não declaração do Vencimento Antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula X abaixo e o quorum específico estabelecido na Cláusula 7.3.1 abaixo. A AGD prevista nesta Cláusula poderá também ser convocada pela Emissora, ou na forma da Cláusula 10.1 abaixo.

7.3.1 Se na AGD de que trata este item 7.3 os Debenturistas que representem no mínimo 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, conforme definidas na Cláusula 10.2.2 abaixo, optarem por não declarar vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário não declarará o vencimento antecipado.

*[Handwritten signatures and initials]*  
20

7.3.2 Na hipótese (i) de não instalação da AGD mencionada na Cláusula 7.3 por falta de quorum, ou (ii) de não ser alcançado o quorum mínimo para deliberação acerca do não vencimento antecipado, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos indicados na Cláusula 7.1 acima.


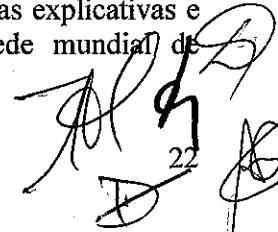
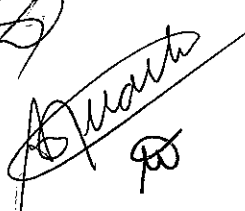
7.3.3 Caso ocorra o pagamento decorrente do vencimento antecipado caberá à Emissora comunicar a CETIP com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência.

## CLÁUSULA VIII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

8.1. A Emissora assume as seguintes obrigações:

- (a) manter válidas e regulares as licenças, concessões, autorizações ou aprovações necessárias ao regular funcionamento da Emissora, exceto no que se referir a licenças, concessões ou aprovações cuja perda, revogação ou cancelamento não possa resultar em Efeito Material Adverso (conforme abaixo definido) para as atividades da Emissora ou para a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures;
- (b) cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não afete de forma adversa sua capacidade de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura;
- (c) manter seguros conforme as práticas usualmente adotadas pelo mercado que atua;
- (d) quitar, na Data de Liquidação, todas as obrigações pecuniárias e não pecuniárias assumidas pela Emissora na CCB imediatamente após o recebimento dos recursos obtidos no âmbito da presente Emissão;
- (e) levar o Termo de Quitação a registro no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados de seu recebimento;
- (f) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre a ocorrência de qualquer um dos Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula 7.1 desta Escritura;
- (g) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora, bem como quaisquer eventos ou situações que (i) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar de forma justificada o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura e das Debêntures ou (ii) faça com que as demonstrações financeiras da Emissora não mais reflitam a real condição financeira da Emissora;

- (h) não distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio em valor superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) por ano, desde que observado o disposto na Lei das Sociedades por Ações;
- (i) não alienar de ativos em montante superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais). Caso o limite estabelecido neste item seja ultrapassado, a Emissora deverá utilizar os valores excedentes integralmente para amortização das Debêntures;
- (j) fazer com que a Sociedad Anônima Molinos Arroceros Nacionales ("Saman") pague dividendos no montante de, no mínimo, 30% (trinta por cento) do lucro líquido da Saman;
- (k) manter-se adimplente com relação a todos os tributos, taxas e/ou contribuições decorrentes da Oferta, exceto aqueles objeto de contestação administrativa ou judicial;
- (l) prestar informações, dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis, sobre quaisquer autuações pelos órgãos governamentais, de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, em relação à Emissora, de valor individual ou agregado (sempre quando da mesma natureza) superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- (m) preparar demonstrações financeiras, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;
- (n) disponibilizar, ao Agente Fiduciários (i) as informações anuais consolidadas auditadas, (ii) as informações semestrais consolidadas revisadas, e (iii) as informações complementares preparadas pela Emissora, observado que as informações relativas aos itens (i) e (ii) devem nas mesmas datas previstas na Instrução CVM 202 para a divulgação das demonstrações financeiras e formulários de Informações Trimestrais - ITR, juntamente com relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção dos tais Índices Financeiros, e da declaração do Diretor Presidente ou do Diretor Vice-Presidente, atestando o cumprimento das disposições constantes nesta Escritura;
- (o) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;
- (p) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (q) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (r) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de

  
  
  
22

computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento de seu exercício social, sendo que, exclusivamente para fins de Vencimento Antecipado das Debêntures, conforme Cláusula VII acima, este somente será decretado se a obrigação aqui prevista não for cumprida em até 30 (trinta) dias contados do término do prazo para divulgação das demonstrações financeiras, observado o procedimento disposto na Cláusula 7.3 acima; e manter tais demonstrações financeiras em sua página na rede mundial de computadores pelo prazo mínimo de 3 (três) anos contados de sua disponibilização conforme Instrução 476;

- (s) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo art. 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Agente Fiduciários;
- (t) encaminhar qualquer informação relevante para a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário e quaisquer informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados na Cláusula 7.1 acima, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a cobrança feita pelo Agente Fiduciário ou após a ocorrência de algum dos eventos na Cláusula 7.1 acima;
- (u) encaminhar ao Agente Fiduciário cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida, relacionada a um Evento de Inadimplemento das obrigações assumidas nesta Escritura, em prazo não superior a 2 (dois) dias úteis após o seu recebimento;
- (v) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário e Instituição Depositária, a CETIP, o Banco Bradesco S.A. e o Agente Fiduciário;
- (w) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida ao Debenturista nos termos desta Escritura;
- (x) cumprir, em seus aspectos relevantes, o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão;
- (y) observar as disposições da Instrução CVM 358, de 3 de janeiro de 2002, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (z) cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, no que se refere à Oferta, com envio de documentos, se for o caso prestando, ainda, todas as informações que lhes forem solicitadas por CVM e pela CETIP;

- (f) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (g) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (h) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (i) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (j) que verificou a regularidade da constituição da garantia fluante outorgada no âmbito da Oferta, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos do artigo 12, inciso XVII, alínea "j" da Instrução CVM 28;
- (k) que verificou a regularidade da constituição das garantias reais, nos termos dos Documentos de Garantia, e observará a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (l) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura; e
- (m) que verificou a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, conforme disposto na Cláusula 3.6 da presente Escritura.

### 9.3. Substituição

9.3.1 Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, a AGD será realizada dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação conforme abaixo definido na Cláusula 10.2.2, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a convocação, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 9.3.7 abaixo.

9.3.2 A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma já prevista nesta Escritura, salvo se de outra forma tenha sido expressa e previamente negociado com a Emissora por Escrito.

9.3.3 Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*  
25



9.3.4 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia especialmente convocada para esse fim. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28; e eventuais normas posteriores.

9.3.5 A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, devendo o mesmo ser arquivado na JUCESP.

9.3.6 O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a data de vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

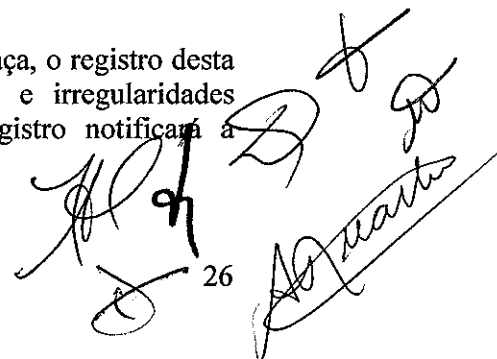
9.3.7 Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função com agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela AGD (conforme abaixo definido).

9.3.8 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato(s) da CVM.

#### 9.4. Deveres

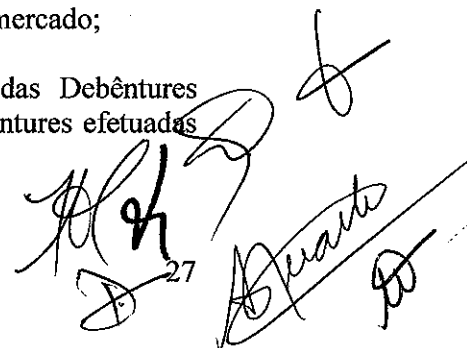
9.4.1 Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- (b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a

 26

administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;

- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria;
- (j) convocar, quando necessário, a AGD (conforme abaixo definido) mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos na Cláusula 4.11, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;
- (k) comparecer à AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (l) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b) da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações. Para tanto, a Emissora obriga-se desde já a informar e enviar todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório aqui citado, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM:
  - 1.1) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - 1.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - 1.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
  - 1.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - 1.5) resgate, amortização, e pagamento de remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

 27

1.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;

1.7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora neste instrumento, inclusive quanto à ocorrência dos eventos previstos nos itens da Cláusula 7.1;

1.8) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;

1.9) pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

1.10) declaração acerca da suficiência e exeqüibilidade da garantia fluante outorgada no âmbito da Oferta; e

1.11) relação dos bens e valores entregues à sua administração em razão das Debêntures.

(m) disponibilizar o relatório de que trata o inciso "(l)" aos Debenturistas no prazo máximo de 04 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

m.1) na sede da Emissora;

m.2) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;

m.3) na CETIP; e

m.4) no endereço das instituições financeiras que atuaram como Coordenadores na colocação das Debêntures.

(n) publicar, nos órgãos da imprensa referidos na Cláusula 4.11, às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no inciso "(m)";

(o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Mandatário e Instituição Depositária, à CETIP;

(p) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;

- (q) verificar, anualmente, a realização do pagamento de dividendos pela Saman no montante de, no mínimo, 30% (trinta por cento) do lucro líquido da Saman, com base na declaração emitida pelo Diretor Presidente ou Diretor de Relação com Investidores da Emissora, acompanhada das demonstrações financeiras da Emissora;
- (r) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CETIP;
- (s) acompanhar a ocorrência dos eventos previstos na Cláusula 7.1 e informar imediatamente os Debenturistas da ocorrência de qualquer dos referidos eventos; e
- (t) manter atualizado o cálculo da Remuneração das Debêntures e divulgá-lo aos Debenturistas ou à CETIP, sempre que solicitado.

#### 9.5. Atribuições Específicas

9.5.1 O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (c) requerer a falência da Emissora, se assim cabível;
- (d) representar os Debenturistas em processo de excussão judicial ou extrajudicial das garantias constituídas por meio dos Documentos de Garantia; e
- (e) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial ou liquidação extrajudicial da Emissora.

9.5.2 Observado o disposto na Cláusula 7.2, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (c) da Cláusula 9.5.1, se convocada a AGD (conforme abaixo definido), esta assim o autorizar por deliberação de titulares representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, conforme abaixo definido na Cláusula 10.2.2, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto nas alíneas (d) e (e) da Cláusula 9.5.1.

### 9.6. Remuneração do Agente Fiduciário

Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e da Escritura, o Agente Fiduciário, ou a instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade receberá uma remuneração a ser paga, pela Emissora, da seguinte forma:

- (a) Parcelas anuais de R\$12.000,00 (doze mil reais), sendo a primeira devida no 5º dia útil após a concessão/dispensa do registro da oferta pela CVM e as demais a cada 12 (doze) meses após o pagamento da primeira parcela;
- (b) As parcelas referidas acima serão atualizadas anualmente pela variação acumulada do IGPM ou, na sua falta, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data de assinatura da escritura de emissão, até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas *pro-rata die*.
- (c) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% ao mês e multa de 2%.
- (d) A remuneração do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao seu pagamento por um período superior a 30 (trinta) dias, será suportada pelos debenturistas, assim como as despesas reembolsáveis, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia aos debenturistas para cobertura de risco de sucumbência.
- (e) Em caso de inadimplemento financeiro pela Emissora, será devida ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional equivalente a R\$350,00 (trezentos e cinquenta reais) por hora-homem de trabalho dedicado à atividade, pagas em até 10 (dez) dias após a comprovação de entrega, pelo Agente Fiduciário à Emissora, do "relatório de horas" para assessoria aos Debenturistas em processo de renegociação de suas condições, conforme requerido pela Emissora, bem como para (i) comparecimento em reuniões formais com Emissora e/ou Debenturistas e AGD; e (ii) implementação das conseqüentes decisões tomadas pelos Debenturistas.
- (f) A remuneração não inclui as despesas com publicações, notificações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação, se assim possível. Não estão incluídas igualmente despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora.
- (g) A remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

## 9.7. Despesas

9.7.1 A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, desde que devidamente comprovadas.

9.7.2 O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado, em 10 (dez) dias úteis, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

9.7.3 No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, se assim possível, e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

9.7.4 As despesas a que se refere esta Cláusula compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas;
- (e) Despesas com cartorários e com correios necessárias ao desempenho da função de Agente Fiduciário.

9.7.5 As despesas incorridas pelo Agente Fiduciário em decorrência da proteção dos direitos e interesses dos Debenturistas e que não tenham sido devidamente reembolsadas pela Emissora, deverão ser incluídas à dívida da Emissora e gozarão das mesmas garantias que gozam as Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

**CLÁUSULA X**  
**ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia ("AGD"), de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

**10.1. Convocação**

10.1.1 A AGD pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 10.2.2, ou pela CVM.

10.1.2 A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

10.1.3 As AGDs deverão ser realizadas em prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. A AGD em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da AGD em primeira convocação.

10.1.4 As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 10.2.2 abaixo, independentemente de terem comparecido à AGD ou do voto proferido na respectiva AGD.

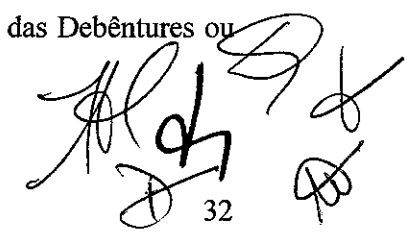

**10.2. Quorum de Instalação**

10.2.1 A AGD se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 10.2.2 abaixo e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

10.2.2 Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da AGD previstos nesta Escritura, considera-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) sociedades sob controle comum ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, administradores de tais sociedades e pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

**10.3. Mesa Diretora**

A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.



#### 10.4. Quorum de Deliberação

10.4.1 Nas deliberações da AGD, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto se (le) outra forma disposto nesta Escritura, todas as deliberações deverão ser tomadas em AGD, seja em primeira convocação ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) do total das Debêntures em Circulação.

10.4.2 Nas deliberações da AGD que tenham por objeto alterar os termos e condições desta Escritura, como a (i) Remuneração; (ii) Data de Amortização e suas características estabelecidas na Cláusula 4.3 acima; (iii) Data de Vencimento; (iv) as garantias constituídas por meio dos Documentos de Garantia e os termos dos Documentos de Garantia; e (v) hipóteses de vencimento antecipado, conforme previsto na Cláusula 7.1 acima, deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da AGD ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem no mínimo 90% (noventa por cento) do total das Debêntures em Circulação.

10.4.3 Nas deliberações da AGD que tenham por objeto alterar os quoruns de deliberação de AGD previstos nesta Cláusula X deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da AGD ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) do total das Debêntures em Circulação.

10.4.4 Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 10.4.1 acima os quoruns expressamente previstos em outras cláusulas desta Escritura.

10.4.5 Toda e qualquer alteração dos quoruns previstos nesta Escritura dependerá da aprovação dos Debenturistas com um quorum no mínimo igual ao que está sendo alterado.

10.4.6 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas assembleias gerais de Debenturistas.

10.4.7 O Agente Fiduciário deverá comparecer às assembleias gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

10.4.8 Aplicar-se-á às AGDs, no que couber e não conflitar com o aqui disposto, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre a Assembleia Geral de Acionistas.

#### CLÁUSULA XI DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

11.1. A Emissora declara e garante aos Coordenadores que:

- (a) é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedades anônima de capital fechado de acordo com as leis brasileiras e está devidamente autorizada a conduzir os seus negócios, com plenos poderes para deter, possuir e operar seus bens;



exceto na medida em que o descumprimento dessas leis e regulamentos não possa razoavelmente resultar em um Efeito Material Relevante;

- (k) a Emissora cumpre, em todos os seus aspectos relevantes, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, que lhe são aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, (i) exceto com relação àquelas que estão sendo contestadas pelos meios legais ou administrativos apropriados e de boa-fé e (ii) exceto na medida em que o descumprimento de tais leis, regulamentos, normas administrativas e determinações não possa razoavelmente resultar em um Efeito Material Adverso;
- (l) a Emissora, nesta data, (i) detém todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes necessárias para o exercício de suas atividades; (ii) está observando e cumprindo, em todos os seus aspectos relevantes, seu estatuto social ou quaisquer obrigações e/ou condições contidas em contratos, acordos, hipotecas, escrituras, empréstimos, contratos de crédito, notas promissórias, contratos de arrendamento mercantil ou outros contratos ou instrumentos dos quais seja parte ou possa estar obrigada, exceto nos casos em que o descumprimento ou a violação ou inadimplemento referidos não possam razoavelmente acarretar um Efeito Material Adverso; (iii) está cumprindo, em todos os seus aspectos relevantes, com a legislação brasileira em vigor; e (iv) o cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Escritura e da emissão das Debêntures não resultará em violação de qualquer lei aplicável, estatuto, regra, sentença, regulamentação, ordem, mandado, decreto judicial ou decisão de qualquer tribunal, nacional ou estrangeiro;
- (m) não há ações judiciais, processos, arbitragem, de qualquer natureza, incluindo sem limitação, cíveis, trabalhistas, fiscais, previdenciárias contra a Emissora, que, de acordo com o melhor conhecimento da Emissora razoavelmente poderia, individual ou conjuntamente, ter um Efeito Material Adverso;
- (n) a Emissora mantém cobertura de seguro com seguradoras de reconhecida capacidade financeira contra perdas e riscos e em valores que estão de acordo com a região geográfica e os negócios em que está engajada; a Emissora não tem qualquer razão para acreditar que não conseguirá renovar os seguros existentes quando expirar a cobertura ou obter cobertura conforme necessário para dar continuidade aos seus negócios a um custo que não resultaria razoavelmente em Efeito Material Adverso;
- (o) a Emissora mantém um sistema de controle interno de contabilidade suficiente para garantir razoavelmente que: (i) as operações sejam executadas de acordo com as autorizações gerais e específicas da administração da Emissora; e (ii) as operações sejam registradas conforme necessário para permitir a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e para manter contabilidade dos ativos da Emissora;
- (p) a Emissora possui e detém o título de todas as patentes, direitos de patente, marcas comerciais, marcas de serviço, nomes e bandeiras comerciais, direitos autorais e obras sob direitos autorais, segredos comerciais e informações

comerciais confidenciais, *software* e outros direitos de propriedade intelectual similares necessários para capacitá-la a continuar conduzindo, em todos os aspectos relevantes, seus negócios da forma como são atualmente conduzidos, exceto onde a falta deste título não possa razoavelmente resultar em um Efeito Material Adverso;

- (q) na Data de Liquidação e, imediatamente após, a Emissora, após ter efetuado a colocação das Debêntures, será solvente, nos termos da legislação brasileira;
- (r) a Emissora não omitiu dos Coordenadores nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa razoavelmente resultar em Efeito Material Adverso;
- (s) todas as informações (consideradas como um todo) prestadas pela Emissora no âmbito da presente Oferta, ou concomitantemente, a presente data, para fins de análise e aprovação da emissão das Debêntures, são corretas e verdadeiras em todos os seus aspectos relevantes na data na qual referidas informações foram prestadas e não omitem qualquer fato relevante necessário para fazer com que referidas informações (consideradas como um todo) não sejam enganosas em referido tempo à luz das circunstâncias nas quais foram prestadas;
- (t) as demonstrações financeiras da Emissora relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 29 de fevereiro de 2008 e 28 de fevereiro de 2009 são verdadeiras, completas e corretas em todos os aspectos relevantes na data em que foram preparadas; refletem, de forma clara e precisa, a posição financeira e patrimonial, os resultados, operações e fluxos de caixa da Emissora no período e foram, auditadas, no caso das demonstrações financeiras de 28 de fevereiro de 2007, 2008 e 2009, tendo sido emitidos pareceres sem ressalva pelos auditores independentes pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S.;
- (u) as demonstrações financeiras da Emissora acima referidas foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve, no melhor entendimento da Emissora, nenhum fato que pudesse razoavelmente causar um Efeito Material Adverso à Emissora;
- (v) a Emissora ou qualquer de seus bens não possuem qualquer imunidade em relação à competência de qualquer tribunal no Brasil ou em relação a qualquer ato judicial (quer por meio de citação ou notificação, penhora antes da decisão, penhora em garantia de execução da decisão judicial, quer de outra forma) nos termos das leis da jurisdição de sua constituição, exceto com relação aqueles bens que são objeto de concessões governamentais e considerados de interesse público;
- (w) todas as declarações e garantias relacionadas à Emissora, que constam desta Escritura, são, na data de assinatura desta Escritura, verdadeiras, corretas consistentes e suficientes em todos os seus aspectos materiais;

- (x) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e os Coordenadores, em observância ao princípio da boa-fé;
- (y) tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, não poderá realizar outra oferta pública de debêntures de sua emissão dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;

**11.2.** Para fins desta Cláusula, “Efeito Material Adverso” significa qualquer circunstância ou fato, atual ou contingente, alteração ou efeito sobre a Emissora, que modifique adversamente a condição econômica, financeira, jurídica ou de qualquer outra natureza, da Emissora, de modo a afetar a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações decorrentes desta Escritura e da emissão das Debêntures.

## **CLÁUSULA XII**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **12.1. Comunicações**

12.1.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

**Para a Emissora:**

**Camil Alimentos S.A.**

Rua Fortunato Ferraz, nº 1001 a 1041 – frente, Vila Anastácio

CEP 05093-000, São Paulo, SP

Tel.: (55 11) 3649-1000

Fax: (55 11) 3649-1100

At.: Sr. Luciano Maggi Quartiero/Rogério Darccin

E-mail: [luciano@camil.com.br](mailto:luciano@camil.com.br)/[rogerio@camil.com.br](mailto:rogerio@camil.com.br)

**Para o Agente Fiduciário:**

**Pentágono S.A. DTVM**

Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514

CEP 22640-102, Rio de Janeiro, RJ

Tel: (55 21) 3385-4565

Fax: (55 21) 3385-4046

At. Marcelo da Costa Ribeiro

E-mail: [marcelo@pentagonotrustee.com.br](mailto:marcelo@pentagonotrustee.com.br)

**Para o Banco Mandatário e Instituição Depositária:**

**Banco Bradesco S.A.**

Cidade de Deus, s/nº Avenida Vila Yara, s/n

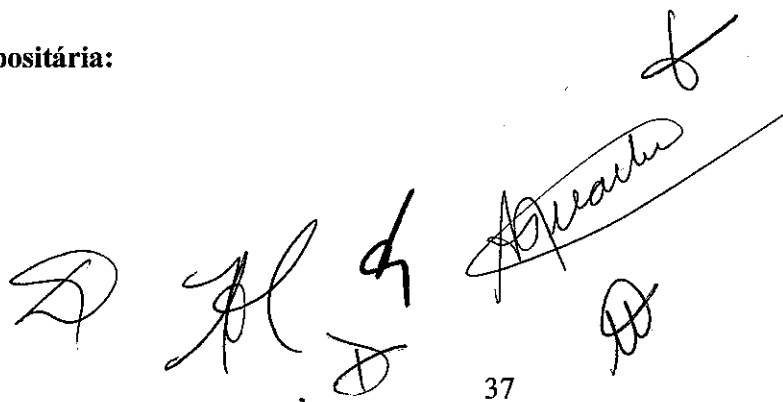
Osasco, SP, Brasil

At.: Sr. José Donizetti de Oliveira

Tel: (55 11) 3684.3749

Fax: (55 11) 3684.5645

E-mail: [4010.donizetti@bradesco.com.br](mailto:4010.donizetti@bradesco.com.br)



**Para a CETIP**

Rua Líbero Badaró, 425, 24º andar

CEP 01009-000, São Paulo, SP

Tel.: (55 11) 3111-1596

Fax: (55 11) 3111-1564

12.1.2 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 dias úteis após o envio da mensagem.

12.1.3 A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada às demais Partes pela parte que tiver seu endereço alterado.

**12.2. Condições Precedentes**

O cumprimento, por parte das Partes, das obrigações assumidas na presente Escritura, na forma regulamentar vigente, está condicionado à celebração, pela Emissora e demais partes, do Contrato de Colocação e dos Documentos de Garantia.

**12.3. Renúncia**

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

**12.4. Custos de Registro**

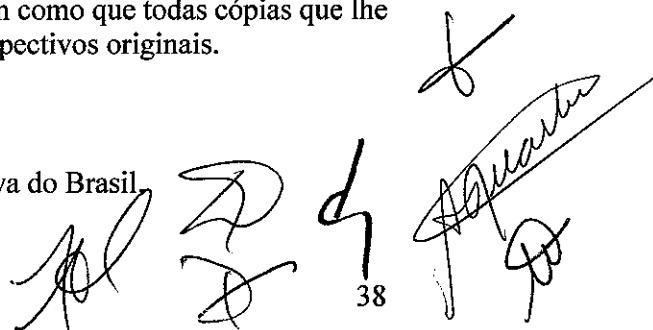
Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

**12.5. Veracidade das Informações**

O Agente Fiduciário considera, sem qualquer verificação independente, que todas as assinaturas nos documentos originais são autênticas, bem como que todas cópias que lhe foram entregues estão em conformidade com os seus respectivos originais.

**12.6. Lei Aplicável**

Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil



### 12.7. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

Esta Escritura, os Documentos de Garantia e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

### 12.8. Irrevogabilidade e Sucessão

A presente Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula II acima, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

### 12.9. Independência das Disposições da Escritura

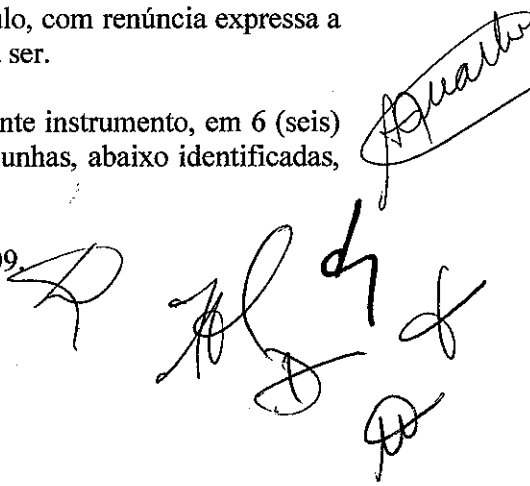
Caso qualquer das disposições desta Escritura venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

### 12.10. Foro

Fica eleito o foro Comarca da Capital do Estado de São Paulo, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.


Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 6 (seis) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, abaixo identificadas, que também o assinam.


São Paulo, 14 de dezembro de 2009.

The block contains several handwritten signatures in black ink. At the top right, there is a signature that appears to be 'A. Quailis'. Below it, there are several other signatures, some of which are more stylized and difficult to decipher, but they represent the parties and witnesses mentioned in the text.

Página de assinaturas da Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante, com Garantias Adicionais, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Camil Alimentos S.A.

CAMIL ALIMENTOS S.A.

  
Nome: **Jairo Santos Quartiero**  
Cargo: **CPF. 085.564.580-68**  
**PRESIDENTE**

  
Nome: **Luciano Maggi Quarnero**  
Cargo: **CPF. 176.015.658-23**  
**VICE-PRESIDENTE**


Página de assinaturas da Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie, com Garantia Flutuante, com Garantias Adicionais, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Camil Alimentos S.A.

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

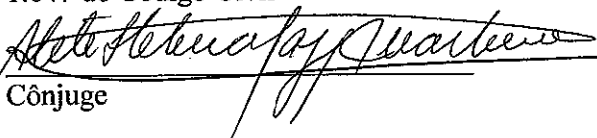
Mariza Lago Zanoti  
Nome: MARIZA LAGO ZANOTI  
Cargo: PROCURADORA.

Página de assinaturas da Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante, com Garantias Adicionais, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Camil Alimentos S.A.

INTERVENIENTE FIADOR:

  
RG: ~~155.242-8~~ Jairo Santos  
CPF: CPF. 085.564.580-68


Outorga Uxória, para os fins do Artigo  
1.647 do Código Civil

  
Cônjuge



Página de assinaturas da Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante, com Garantias Adicionais, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Camil Alimentos S.A.

INTERVENIENTE FIADOR:

  
RG: 00.280.935-6  
CPF: **Luciano Maggi Quartiero**  
CPF. 176.015.658-23

Outorga Uxória, para os fins do Artigo 1.647 do Código Civil

Cônjuge



Página de assinaturas da Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante, com Garantias Adicionais, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Camil Alimentos S.A.

Testemunhas:

Nome: Rogério Daccin  
RG: 6 062 636  
CPF: 918.597 608-30

Nome: Natália Zanotti Stival  
RG: 44.237.829-4  
CPF: 360.296.638-01

